

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.074.788 - SP (2017/0066295-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : F. V. BRASIL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : FRANCISCO MACHADO DE LUCA DE OLIVEIRA RIBEIRO E
OUTRO(S) - SP097557
AGRAVADO : ROGERIO EDUARDO DE FARIA
AGRAVADO : ROSA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : SILVIO CARLOS RIBEIRO - SP173933

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **F.V. BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTO LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 353/354 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado: (fl. 314, e-STJ):

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE . CIVIL
CONTRATUAL. COMPRA E VENDA. BEM IMÓVEL.
PRELIMINAR. A fundamentação legal apresentada pelos autores em
sua causa de pedir não implica vício de forma a ensejar a extinção do
processo em razão de indeferimento da petição inicial. MÉRITO.
INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DA RÉ. Comprovação. Venda
do bem compromissado a terceiro. Violação da boa-fé objetiva. CC, art.
422. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. Venda do imóvel a
terceiro no curso do cumprimento das obrigações pactuadas. Situação
que ultrapassou o mero aborrecimento ou dissabor cotidiano. Lesão a
direito da personalidade.
Indenização devida. Sentença mantida. Recurso improvido.

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de rescisão contratual cumulada com indenização por perdas e danos. O Juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 418, do CC/02 e 458, II, CPC/73. Sustenta, em síntese: i) a possibilidade da retenção dos valores em razão da rescisão do contrato; e ii) nulidade da sentença, haja vista a análise imprecisa dos fatos e das circunstâncias da causa.

Contrarrazões às fls. 346/351, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 357/374, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 376, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. De início, vale destacar que não há nulidade do julgamento quando o órgão julgador, adstrito às circunstâncias fáticas e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo **em fundamento jurídicos diversos dos suscitados pelas partes.**

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTROS RESTRITIVOS. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. DANOS MORAIS. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. À luz dos artigos 128 e 460 do CPC/73, atuais, 141 e 492 do NCPC/15, o vício de julgamento extra petita não se vislumbra na hipótese do juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu. O julgador não viola os limites da causa quando reconhece os pedidos implícitos formulados na inicial, não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico - sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda, aplicando o princípio da equidade.

2. A convicção formada pelo Tribunal de origem quanto à inexistência de julgamento ultra petita decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ.

3. O Tribunal de origem reconheceu a existência do dever de indenizar em razão de indevida inscrição do nome da parte agravada em cadastro de proteção ao crédito. Com efeito, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal sobre a alegada inexistência do dever de indenizar demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento uniforme no sentido de que a inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplentes enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos. Precedentes.

5. A alteração da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe

examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1152145/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018)

3. No mérito, a Corte Estadual, após análise dos autos, manteve a sentença de procedência, pois entendeu que a insurgente foi a culpada pela rescisão do negócio jurídico.

É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fls. 317/319, e-STJ):

"[...] **A questão é saber quem inadimpliu o contrato** e, a partir dessa conclusão, estabelecer qual a consequência jurídica. Ao aduzir que o inadimplemento contratual deve ser atribuído aos apelados, **a apelante atraiu para si o respectivo ônus de prova (art. 333, II, do CPC) e do qual não se desincumbiu.** [...] **Reconhecido inadimplemento contratual**, deve ser mantida a responsabilidade civil da apelante e, em consequência, as indenizações estabelecidas na r. sentença."

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, bem como de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

1. Não cabe a esta Corte examinar a violação de dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao Pretório Excelso, no âmbito do recurso extraordinário.

2. Não se conhece da alegação de violação do art.

1.022 do CPC/15, porquanto não houve oposição de embargos de declaração perante a Corte de origem. Assim, revela-se manifesta a deficiência na fundamentação do recurso, sendo aplicável a Súmula 284 do STF.

3. O conteúdo normativo dos artigos 397 e 463 do CPC/73 e 31, 43 e 49 da Lei n. 4.591/64 não foi objeto de exame pelas instâncias ordinárias, nem mesmo foram opostos embargos de declaração pela parte recorrente, razão pela qual incide, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do STF.

4. O Tribunal de origem, ao entender pela rescisão contratual por culpa exclusiva da promitente vendedora/construtora, formou sua convicção à luz do contrato firmado entre as partes e com base no acervo probatório encartado nos autos. Assim, para o acolhimento do apelo extremo, seria necessária a interpretação de cláusulas contratuais e a rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie,

os óbices das Súmulas 5 e 7 dessa Corte.

5. "Para efeitos do art. 543-C do CPC/73: em contratos submetidos ao Código de Defesa do Consumidor, é abusiva a cláusula contratual que determina a restituição dos valores devidos somente ao término da obra ou de forma parcelada, na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, por culpa de quaisquer contratantes. Em tais avenças, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento." (REsp 1300418/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/11/2013, DJe 10/12/2013).

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1108868/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO. RESCISÃO. CULPA DA RÉ. NÃO COMPROVAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Não configurada negativa de prestação jurisdicional quando a lide é decidida de maneira clara e fundamentada, porquanto não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento.

2. A revisão do julgado demandaria necessária incursão nos elementos fático-probatórios e nas cláusulas dos contratos celebrados entre as partes, hipótese de incidência das Súmulas 5 e 7 desta Corte, mormente considerando a conclusão do acórdão recorrido quanto a não comprovação da culpa exclusiva da recorrida na rescisão contratual.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 109.862/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 27/08/2015)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15, observado o limite legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator